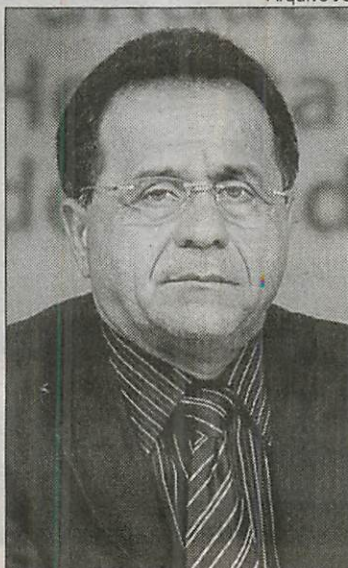




ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

# “Sergipe investe mais em atenção básica”

COM INVESTIMENTO DE R\$ 82.324.639,00 PARA A ATENÇÃO BÁSICA, SERGIPE SE COLOCA COMO O TERCEIRO ESTADO DO PAÍS E PRIMEIRO DO NORDESTE EM INVESTIMENTOS NA ATENÇÃO BÁSICA. A FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE (FHS) GERENCIA ESSES RECURSOS E A ASSISTÊNCIA DOS HOSPITAIS REGIONAIS DE ESTÂNCIA, ITABAIANA, LAGARTO, PROPRIÁ E NOSSA SENHORA DO SOCORRO, MATERNIDADE NOSSA SENHORA DE LOURDES



Arquivo JC

(MNSL), HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE (HUSE), HOSPITAL LOCAL DE NEÓPOLIS, UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DE BOQUIM E HOSPITAL LOCAL DE TOBIAS BARRETO, ALÉM DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA (SAMU 192 SERGIPE). NESTA ENTREVISTA, O DIRETOR GERAL DA FHS, HAMILTON SANTANA, DETALHA OS INVESTIMENTOS REALIZADOS ESTE ANO E OS AVANÇOS NA REDE PÚBLICA DE SAÚDE. CONFIRA:

Antônio Carlos Garcia  
DA EQUIPE JC

► **JORNAL DA CIDADE** - O que o senhor destaca como principal mudança pela qual a Fundação passou?

**HAMILTON SANTANA** - A questão dos contratos foi uma das mais importantes que nós resolvemos nesses sete meses. A FHS tem 119 contratos com 94 empresas e fez um enxugamento de R\$ 600 mil por mês. Por exemplo, tínhamos contrato de R\$ 200 mil mensais para que uma empresa gerenciasse a manutenção dos equipamentos hospitalares da FHS. Hoje, este gerenciamento é feito diretamente pela Gerência de Contratos da Fundação. A Lei nos permite fazer supressão de 25%. Com a otimização desses recursos, utilizamos a receita de forma mais adequada, a exemplo de compra de medicamentos e insumos. Também adotamos medidas para que esses contratos fossem geridos de forma mais transparente. Os gestores das unidades hospitalares passaram a ter acesso a todos os contratos e a acompanhar a execução dentro das unidades que administram. Então, quando as faturas chegam à FHS, elas já foram previamente atestadas pelos gestores que acompanham o serviço. Os superintendentes passam a ser solidários com a direção executiva na administração desses contratos.

terá 11 leitos e o PS outros 13. O Samu 192 Sergipe recebeu oito novas ambulâncias a partir de convênio do Ministério da Saúde. Essas viaturas renovarão a frota operacional e formarão uma frota reserva. Com esta frota, poderemos fazer manutenção preventiva das viaturas.

Estamos negociando a dívida com os fornecedores e estamos abastecendo regularmente as unidades com medicamentos e insumos. Sabemos que este ponto ainda não resolvemos completamente. É um desafio. Gastamos, mensalmente, R\$ 4 milhões somente em medicamentos para abastecer a rede. Recurso esse que ainda aponta para a insuficiência.

► **JC** - Na área de pessoal, a FHS também está passando por mudanças?

**HS** - Sim. Fizemos cortes em cargos comissionados logo que chegamos. Optamos por extinguir coordenações e cargos, cujos valores eram altos e que eu considero dispensáveis no momento. Essas medidas foram adotadas para que possamos adequar a folha de pessoal.

► **JC** - No entanto, mesmo com esses cortes, a Fundação Hospitalar promoveu o Processo Seletivo Simplificado. Por quê?

**HS** - Quando chegamos, percebemos que existiam muitos contratos irregulares. Esses contratos, ditos como temporários, iam se prorrogando ilimitadamente. De imediato, conversei com o governador Jackson Barreto sobre a situação. Falei sobre a necessidade da realização de um novo concurso público. O governador nos autorizou a fazer um levantamento sobre o quantitativo de vagas. No entanto, não tínhamos como esperar o tempo do concurso para realizar a contratação de maneira legal dos profissionais. A Fundação Hospitalar firmou um Termo de Ajuste de Conduta [TAC] com o Ministério Público do Estado [MPE] para a realização do Processo Seletivo Simplificado [PSS]. Foram ofertadas 1.643 vagas, sendo 865 vagas para cargos de nível médio, 191 vagas para nível superior e mais 587 vagas para diversas especialidades médicas. Alguns desses profissionais já estão atuando nas unidades assistenciais que são geridas pela FHS. Em paralelo ao andamento do PSS, estávamos preparando o concurso público, que é a forma mais justa de ingresso na administração pública. A previsão é que o edital saia ainda em agosto e as provas serão realizadas ainda este ano. Em 2015, seja quem estiver à frente do Governo, será obrigado a convocar os concursados, substituindo os contratos do PSS. A minha preocupação, assim como a do governador Jackson Barreto, é promover políticas de Estado, e não de Governo.

► **JC** - O que tem sido feito na área de assistência para melhoria do serviço?

**HS** - Em janeiro, foi aberta a nova UTI do Huse. Foram investidos R\$ 9,5 milhões na estrutura e aquisição de equipamentos. São 65 leitos totalmente estruturados. Em Estância, abrimos o centro cirúrgico em fevereiro deste ano. Lá, estão sendo feitas cirurgias de pequena e média complexidade, sendo elas oncológicas (cabeça e pescoço e urologia) e eletivas, como de apendicite. Já foram 151 cirurgias.

O Governo do Estado investiu R\$ 6.403.671,97, sendo, R\$ 3.903.671,97 em obras físicas e R\$ 2,5 milhões na aquisição de equipamentos no Hospital de Itabaiana. Estamos entregando o novo pronto-socorro e a segunda UTI do interior do Estado. A UTI

► **JC** - Em relação à questão de orçamento da FHS, o que vem sendo feito para garantir mais verba para o gerenciamento das unidades?

**HS** - Estamos negociando um novo aditivo para garantir o aumento dos recursos. Esse aumento tende a nos ajudar a resolver de uma vez por todas a questão dos insumos e medicamentos. A Procuradoria Geral do Estado já deu o parecer favorável. Agora, o aditivo será encaminhado para a Secretaria de Estado da Saúde (SES) para ser formalizado. No entanto, é preciso entender que a questão do financiamento da Saúde passa por uma discussão nacional. Em 2012, iniciou-se o Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública. O que este movimento defende é o repasse efetivo e integral de 10% das receitas correntes brutas da União para a saúde pública brasileira.

► **JC** - Quanto à superlotação do Huse, o que tem sido feito?

**HS** - O Huse é referência para atendimentos de média e alta complexidade. Por ser uma unidade com porta aberta, não podemos negar atendimento a nenhum paciente. O fato é que há um número excessivo de pacientes de baixa complexidade numa unidade de alta complexidade. Esses pacientes chegam tanto do interior, como da capital e de outros Estados. Nossos relatórios apontam que 80% dos pacientes que estão no pronto-socorro do maior hospital do Estado não deveriam estar ali. São pacientes de baixíssima complexidade, com resfriado, dor de cabeça, mal-estar. Essas pessoas deveriam ser tratadas pela Atenção Básica, que é de responsabilidade dos municípios. O Governo investe maciçamente na saúde. Dos R\$ 977.718.990 do orçamento previsto para a área de saúde em 2013, R\$ 82.324.639 (8,42%) foram destinados para a Atenção Básica. Com isso, Sergipe se coloca como o terceiro Estado do País e primeiro do Nordeste em investimentos na Atenção Básica. Mesmo sendo de responsabilidade dos municípios, o Governo sabe que a Atenção Básica bem estruturada é capaz de resolver de 80% a 85% dos problemas de saúde da população. Isso colabora com a redução de filas nos prontos-socorros e hospitais, o consumo abusivo de medicamentos, o uso indiscriminado de equipamentos de alta tecnologia.

► **JC** - Um dos grandes problemas enfrentados pelos gestores da Saúde é a judicialização. Como o senhor avalia a questão?

**HS** - Eu apontaria dois grandes problemas: a judicialização e a politização. Hoje, a saúde está judicializada. Uma pesquisa divulgada pela Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo mostrou que cerca de 65% das ações contra o SUS para aquisição de medicamentos são oriundas de pacientes com planos de saúde ou que frequentam clínicas particulares. Quando recebemos essas liminares, nossos orçamentos são completamente alterados. Temos que destinar recursos do custeio que não estavam planejados. Outro problema enfrentado é a politização da Saúde. Os problemas realmente existem, mas eles são superdimensionados por razões políticas. Essa politização não aborda as questões positivas, ela dá uma dimensão enorme como se nada do que foi positivo prestasse. Essa é a politização dela.